



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
NÚCLEO DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - NUMIG/DPF/PPA/MS

Parecer nº 11653068/2019-NUMIG/DPF/PPA/MS

Processo nº: 08339.001226/2019-36

Interessado: MARIA MERCEDES AYALA

Trata-se da apreciação, em 1ª instância, da defesa administrativa, protocolizado em 11 de julho de 2019, tendo como base o processo SEI nº 08339.001226/2019-36, sendo interessada a Sra. Maria Mercedes Ayala, CI nº 57300585.

A Sra. Maria foi autuada e notificada, em 23 de abril de 2019, no Núcleo de Imigração de Ponta Porã / MS, por incidência do Art. 109, II da lei 13445/2017, descrita formalmente: permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória.

A sanção para a infração em tela é multa diária na monta de cem reais, com teto em dez mil reais, correspondente a cem dias.

Ao ser atendida na Imigração, foi constatado excesso de prazo de estada legal, gerando multa no valor de R\$10000,00.

O valor de R\$100,00 reais, **por dia excedido**, é a cobrança mínima prevista na legislação, conforme podemos verificar ao analisar o teor dos respectivos artigos abaixo descritos:

*Art. 108. O valor das multas tratadas neste Capítulo considerará:*

*I - as hipóteses individualizadas nesta Lei;*

*II - a condição econômica do infrator, a reincidência e a gravidade da infração;*

*III - a atualização periódica conforme estabelecido em regulamento;*

*IV - o valor mínimo individualizável de R\$ 100,00 (cem reais);*

*V - o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para infrações cometidas por pessoa física;*

*VI - o valor mínimo de R\$ 1.000,00 (mil reais) e o máximo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para infrações cometidas por pessoa jurídica, por ato infracional.*

*Art. 109. Constitui infração, sujeitando o infrator às seguintes sanções:*

*II - permanecer em território nacional depois de esgotado o prazo legal da documentação migratória:*

*Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo fixado;*

*(Decreto 9199/2017)*

*Art. 301. Para a definição do valor da multa aplicada, a Polícia Federal considerará:*

*I - as hipóteses individualizadas na Lei no [13.445](#), de 2017;*

*II - a condição econômica do infrator, a reincidência e a gravidade da infração;*

*III - a atualização periódica conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública;*

*IV - o valor mínimo individualizável de R\$ 100,00 (cem reais);*

*V - o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) e o valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para infrações cometidas por pessoa física*

*Art. 307. Constitui infração e sujeita o infrator às seguintes sanções:*

*I - entrar no território nacional sem estar autorizado:*

*Sanção: deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo estabelecido;*

*II - permanecer no território nacional depois de encerrado o prazo da documentação migratória:*

*Sanção: multa por dia de excesso e deportação, caso não saia do País ou não regularize a situação migratória no prazo estabelecido;*

Independentemente das alegações e pedidos constantes na defesa administrativa, o período de dez dias para apresentar a defesa administrativa não foi respeitado, conforme previsão legal, e assim sendo, a defesa encontra-se classificada como extemporânea, restando inócua.

A decisão de primeira instância, após análise da defesa administrativa, é pela manutenção do auto de infração nº 1239000432019, multa e alerta nos sistemas da Polícia Federal, que deverá ser quitada para desobstrução da pleiteada solicitação de autorização de residência. A comprovação de quitação, mediante apresentação de recibo, deve ser realizada junto à Imigração.

É a decisão, cuja síntese será objeto de publicação no site da Polícia Federal, para comunicação oficial. Imperioso destacar que a partir data da publicação, abre-se período de dez dias, o qual a interessada poderá interpor pedido de reconsideração a instância superior.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DUARTE, Agente de Polícia Federal**, em 11/07/2019, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **11653068** e o código CRC **974D51C7**.

---

Referência: Processo nº 08339.001226/2019-36

SEI nº 11653068